

4ª-feira, 27: questão de ordem, dr. Ulysses

ESTADO DE SÃO PAULO
29 JUL 1988
ALOYSIO AZEVEDO

O presidente da República mentiu aos brasileiros, quando declarou, em rede nacional de televisão, que a aprovação da atual proposta constitucional não poderá ser cumprida sob pena de tornar o Brasil ingovernável? É verdadeira, excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a declaração do chefe do Executivo de que a nova Constituição gerará despesa de muitos trilhões de cruzados e com ela a hiperinflação, a recessão e o caos? Esta é uma questão essencial, que deve ser respondida imediatamente, antes que se iniciem os trabalhos da segunda e última fase do processo constitucional. É uma questão de ordem fundamental que a Nação levanta a quem de direito e por dever cabe responder: o presidente (e pai, como deseja ser chamado) da Constituinte.

Sabemos que o dr. Ulysses se absteve em todas as votações, para não se envolver nas polêmicas parlamentares e para se reservar uma função de árbitro, embora muitas pessoas considerem essa atitude como omissão elementar do dever constituinte o oportunismo eleitoral, típicas de um político que jamais põe em risco a sua carreira e procura galgar novas posições somente quando são merecidas extensões de sua função partidária. Todos os brasileiros sabem disso. Ocorre que estamos diante de uma questão de ordem típica, que só pode ser respondida pelo presidente da Constituinte e de uma única maneira: quantificando com alguma precisão essas despesas geradas pelo novo texto constitucional, para em seguida apontar as consequências prováveis desse número sobre as nossas contas públicas.

Se os números encontrados pela Constituinte e anunciados pelo dr. Ulysses, em resposta à nossa questão de ordem, forem de tal monta que justifiquem as preocupações do presidente Sarney, não restará aos parlamentares outro caminho que a supressão do eventual excesso, sob pena de crime de responsabilidade política. Caso, no entanto, ocorrer o contrário e a razão couber àqueles que desejam apressar o andamento dos trabalhos independentemente de suas repercussões sobre a crise do Estado e o déficit público, o presidente da República passará por leviano e alarmista, qualidades incompatíveis com o seu cargo, devendo, portanto, ser imediatamente responsabilizado e afastado.

Por isso dissemos que se trata de uma questão fundamental. Não é mais a fisiologia do mandato ou uma expressão do conflito corpo-

rativo entre Executivo e Parlamento, características de uma Constituinte congressual. Estamos jogando a própria estabilidade, para não dizer o destino, do País. O dr. Ulysses não poderá fugir desse envolvimento, dessa responsabilidade. Se não tem a resposta desde já em suas mãos, a Mesa deve modificar o Regimento desta segunda fase (mesmo porque foi decidido autoritariamente), propiciando uma pausa indispensável à feitura das contas e à competente resposta.

Felizmente essa questão de ordem não pode ser respondida da forma como o foi nesta região infeliz do globo: o golpe militar. Porque o Brasil caiu finalmente na democracia. Inúmeras razões evidenciam a realística e patriótica opção das Forças Armadas brasileiras por suas funções profissionais, incapaz de ser alterada até pelas mais subalternas provocações ou armações contra seus chefes. Esse fato obriga a nossa classe política a assumir suas responsabilidades maiores e abandonar o jogo do pequeno interesse no qual mergulhou.

Não é o povo que está jogando esse jogo, como nos querem fazer crer os fariseus com o seu discurso pessimista e falso, que esconde cumplicidades e práticas condenáveis. Ao povo cansado de esperar por justiça, que ao longo do tempo se viu explorado não apenas pela natural ganância dos "melhores", mas também pela injustificável utilização do Estado colonial/cartorial, é válido pressionar a Constituinte pela satisfação de seus legítimos interesses, já que as práticas e as simples convenções não os contemplaram. Concepções paternalistas de governo, discursos populistas e ações desmobilizadoras marcaram a conduta de nossas talentosas (e pouco inteligentes) elites nacionais, propiciando a mais brutal e incivilizada concentração de renda. Tendo sido assim, é natural que a Constituinte seja enfim o desaguadouro da vontade primitivamente livre deste povo que, graças à crise deste Estado miserável, ensaia sua caminhada independente. Todos nós aprendemos que Constituinte Congressual é também clientelismo, tamanho família. Isso é uma coisa. Outra coisa, muito diferente, é constatar que o preço desse clientelismo seria a desestabilização do País. Ninguém aceitaria!

Dr. Ulysses, excelentíssimo presidente da Constituinte, questão de ordem (e dessa o senhor não fugirá): quanto vai custar-nos a sua Constituição? Sem maiores demonstrações de bravura ou habilidade. Afinal...